

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002131-23.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Liminar**
 Requerente: **Henrique Garcia Lopes**
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

HENRIQUE GARCIA LOPES, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação contra **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, também com qualificação nos autos, alegando que se aposentou numa empresa que mantinha plano de saúde com a ré, que reajustou o preço do seu plano em 790% em dezembro de 2015. Por essa razão, requer a manutenção do plano de saúde nas mesmas condições de quando ainda vigorava o contrato de trabalho, inclusive liminarmente, e a condenação da ré em indenização por danos morais. Juntou documentos.

Deferida parcialmente a liminar (fl. 38), a ré foi citada e contestou, alegando, em apertada síntese, a ilegitimidade ativa do autor, refutando ainda os fatos e fundamentos jurídicos dos pedidos, requerendo a improcedência (fls. 52/72).

Réplica as fls. 178/188.

Especificação de provas as fls. 196/198.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

Não há necessidade de se produzir outras provas em audiência,

1002131-23.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

motivo por que se conhece diretamente dos pedidos.

Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade ativa, considerando que o autor é o beneficiário do plano de saúde ainda que se trate de plano de saúde coletivo.

No mais, é caso de procedência.

É fato incontroverso a existência do contrato coletivo entre a ré e a ex-empregadora da parte autora, bem como o fato de que, em razão da aposentadoria, fez a parte autora a opção de continuar como beneficiária do plano de saúde da ré.

No caso dos autos o valor atualmente cobrado pela ré é muito superior ao que seria pago por um trabalhador na ativa que estivesse usufruindo um plano de saúde nas mesmas condições do oferecido pela ex-empregadora da parte autora, o que não é admissível.

Nesse sentido:

“Empregado aposentado. Direito do trabalhador que é o de ser mantido no mesmo plano de saúde que usufruía quando estava na ativa, mediante o custeio integral do valor. Impossibilidade de se fazer distinção entre trabalhadores da ativa e inativos, pena de esvaziar o sentido do preceito que é o de estabelecer uma relação de cooperação mútua entre os associados.” (TJSP – Apelação nº 1009946-48.2015.8.26.0100, Relator(a): Araldo Telles, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 07/06/2016, Data de registro: 27/07/2016)

Portanto, não pode a ré estabelecer distinção entre os trabalhadores ativos e inativos, devendo-se observância aos princípios da função social do contrato e da dignidade da pessoa humana.

Assim, reconhece-se o vínculo contratual entre as partes, devendo a ré mantê-lo e seus dependentes no plano de saúde e nas mesmas condições de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cobertura da época em que a parte autora se encontrava na ativa.

Deve ser rechaçado o pedido de indenização em danos morais.

Como é sabido, para que surja o dever de indenizar, faz-se necessária a coexistência de conduta irregular, dano, nexo de causalidade e, se for o caso, culpa. No caso em tela, contudo, não foi comprovado o dano moral alegado, motivo pelo qual deve ser afastada a condenação.

Não há qualquer comprovação nos autos de que o surgimento dos vícios reclamados tenha gerado sofrimento profundo, ofensa aos direitos de personalidade ou abalo da imagem da parte autora.

Desse modo, a mera ocorrência do alegado ilícito, não tem o condão de ensejar, por si só, danos morais passíveis de indenização.

Cumprе frisar que a indenização por dano moral não pode servir de fonte de enriquecimento sem causa, justamente sob risco de se banalizar o instituto.

Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos, apenas para determinar a manutenção do plano de saúde ao autor e seus dependentes nas mesmas condições de cobertura da época em que a parte autora se encontrava na ativa, com os reajustes legalmente permitidos, confirmando-se a decisão liminar de fl. 38, sendo **IMPROCEDENTE** o pedido de indenização em danos morais.

Diante da sucumbência recíproca, inviável a fixação de honorários advocatícios, devendo as custas do processo ser divididas em metade entre as partes, observada a concessão dos benefícios da justiça gratuita, se for o caso.

P.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**